

A questão do trabalho nas Memórias de um sargento de milícias

Prof. Dr. Edu Teruki Otsuka¹ (FFLCH-USP)

Resumo:

*O romance **Memórias de um sargento de milícias**, de Manuel Antônio de Almeida, apresenta inúmeras situações de vingança, rivalidade e rixa entre as personagens. Pode-se argumentar que a lógica das rixas é um princípio estruturador, que impulsiona o andamento da ação e determina o arranjo formal do romance. Esta comunicação procura realçar um dos fatores que contribuem para explicar essa estrutura de rixas, investigando os pressupostos histórico-sociais da organização particular da obra. Trata-se da centralidade da questão do trabalho na sociedade brasileira escravista da primeira metade do século XIX. Embora não seja diretamente tematizado pela obra, o problema do trabalho livre na ordem escravista está implicado na narrativa, não só porque é indissociável da ideologia da vadiagem, mas sobretudo porque se vincula aos fundamentos materiais dos relacionamentos rixosos.*

Palavras-chave: Manuel Antônio de Almeida, sociedade brasileira, trabalho livre, escravismo

Introdução

De que modo a experiência social e histórica do Brasil oitocentista se inscreve na configuração literária das **Memórias de um sargento de milícias**? O romance de Manuel Antônio de Almeida toma como matéria a vida cotidiana de um estrato social específico da sociedade brasileira oitocentista, acompanhando as aventuras de Leonardo-Pataca e, mais extensamente, de seu filho Leonardo. Como se sabe, o foco fechado na esfera dos “homens livres pobres” deixa de fora do romance as duas camadas principais da sociedade, entre as quais se estabeleciam as relações decisivas do ponto de vista da organização econômica: a esfera do mando (a elite proprietária) e a do trabalho (a massa de escravos). Abarcando na representação somente uma camada social restrita, e não o conjunto da sociedade, as **Memórias** fornecem uma imagem aparentemente amena do Rio de Janeiro do período joanino. Assim, ao final de seu estudo sobre o romance, Antonio Candido afirma:

Lá não se trabalha, não se passa necessidade, tudo se remedeia. Na sociedade parasitária e indolente, que era a dos homens livres do Brasil de então, haveria muito disto, graças à brutalidade do trabalho escravo, que o autor elide junto com outras formas de violência. (CANDIDO, 1993. pp. 53-54.)

Com efeito, no plano da representação das **Memórias**, pouco aparece a esfera do trabalho, e no entanto – como se buscará sugerir – essa dimensão quase ausente é, na sua ausência mesma, decisiva para a compreensão histórica das relações interpessoais figuradas na narrativa.

1 As rixas nas Memórias

As **Memórias** costumam ser vistas principalmente como uma obra representativa dos arranjos de cunho familista – aspecto que existe e que é fundamental no desfecho da história. Os “empenhos e cartuchos”, diz o narrador a certa altura, eram naquele tempo a “mola real de todo o movimento social” (ALMEIDA, 1999). Como todos devem se lembrar, no final do romance ocorrem alguns arranjos, envolvendo justamente os personagens que, ao longo da narrativa, pareciam situados em pólos opostos. Preocupada com a sorte do afilhado, prestes a ser punido com chibatadas, a comadre mobiliza D. Maria e Maria Regalada para pedir o perdão ao major Vidigal. Feito o arranjo, Leonar-

do, então granadeiro, não só é poupado da punição como também acaba por ser elevado à posição de sargento. Logo depois, a família de Leonardo mais uma vez recorre ao poder de Vidigal, para que se possa realizar o casamento entre o herói e Luisinha, a herdeira de D. Maria.

No entanto, grande parte do andamento da ação, incluindo os episódios secundários, deixa ver outra dimensão, ligada ao mesmo jogo de relações de favor, mas que indicia formas de violência menos evidentes, geralmente atenuadas pela representação cômica e fabulosa. Tomando os episódios no conjunto, pode-se dizer que a maior parte das relações interpessoais no universo das **Memórias** é marcada por rixas, rivalidades e vinganças. Apenas para indicar a presença da rixa no romance, podemos lembrar uma sequência do início da história, envolvendo o compadre e a vizinha.

Obcecado com a idéia de fazer do afilhado um clérigo, o compadre empenha-se em ensinar o menino a rezar. Diante do fracasso dos esforços do barbeiro, a vizinha zomba dele para vingar-se das brincadeiras de Leonardo, que lhe fazia caretas e jogava pedras no telhado de sua casa. O compadre sente-se ofendido com as insinuações da vizinha e revida, disso resultando uma longa troca de injúrias pessoais que só termina quando Leonardo aparece e descompõe a vizinha, vingando o padrinho. Na sequência, Leonardo e o filho do sacristão aprontam com a vizinha na igreja; a vizinha se queixa ao mestre de cerimônias, que os repreende; com isso, a vizinha se sente vingada, mas os meninos decidem vingar-se do padre, e o fazem atrasar-se para o sermão (evento ansiado pelo mestre de cerimônias por propiciar-lhe um instante de glória). O padre, por seu turno, descarregará sua ira contra o capuchinho que se oferecera para fazer o sermão em seu lugar. Enxotando o capuchinho, mas ainda não apaziguado, o mestre tenta vingar-se de Leonardo com uma repreensão, mas este se salva insinuando em público a relação do padre com a cigana. Em seguida, o mestre despede Leonardo, tirando-o das funções de ajudante de sacristão; a vizinha, ao saber da notícia, péla-se de gosto e volta a atazanar o compadre.

Nesta breve sequência, pode-se notar que as vinganças vão se sucedendo como que desenfreadamente, abarcando inclusive personagens que nada tinham a ver com o conflito inicial (no caso, o vizinho). Uma vingança gera outras que geram outras, sucessivamente, com variações na posição entre os envolvidos (aquele que foi inicialmente humilhado arma uma vingança para compensar a humilhação; as posições se invertem e o novo humilhado precisa se vingar para restituir o amor-próprio e assim por diante). Para as finalidades desta comunicação, podemos dizer que as relações desse tipo proliferam em todo o romance, configurando uma tendência geral das personagens, todas movidas por uma espécie de espírito rixoso. Quem tiver disposição de reler as **Memórias** atentando para essa dimensão de rivalidades notará que a inclinação para a rixa se generaliza no romance. Praticamente todas as relações interpessoais são marcadas por esse caráter rixento, e são essas rivalidades que impulsionam a ação. Apesar da relativa diversidade dos episódios, e apesar da descontinuidade entre eles, tomados no conjunto os episódios do romance formam sistema por meio desse elemento comum que é a rixa. Nesse sentido, o comportamento que estamos chamando de “espírito rixoso” tem caráter estrutural, funcionando como um princípio de composição. (Para uma descrição mais detalhada das relações rixosas e uma indicação de suas implicações formais, ver OTSUKA, 2007.)

Não se trata da violência mais brutal exercida na sujeição direta, como ocorria na relação entre proprietários e escravos; tampouco se trata da violência presente de forma mais difusa (mas não menos abjeta) na relação entre proprietários e dependentes. As modalidades de violência que predominam no universo do romance, no que este têm de mais peculiar, envolvem antes as relações entre os próprios homens livres pobres, e vão da agressão física pura às formas mais socialmente toleráveis da simples ridicularização verbal.

Embora pareçam constituir um conjunto de relações de natureza bastante diversa das que envolvem proprietários e escravos ou proprietários e dependentes (as quais implicam, de modo ostensivo, a dominação de classe), as formas de violência que se manifestam no interior da camada de homens livres pobres são também reveladoras dos efeitos abrangentes da organização social iníqua,

pois nelas ressoa um dado estrutural que, mesmo não sendo tratado diretamente no romance, ainda assim é decisivo em sua configuração.

2 A ideologia da vadiagem

O antagonismo fundamental que organiza a curva do romance envolve a atuação do major Vidigal, encarnação da lei e representante dos interesses da camada dominante, que passa o tempo todo (com a exceção do desfecho) reprimindo a vida solta dos pobres. No romance, esta esfera abarca desde os desclassificados e desvalidos (os ciganos, o caboclo nigromante) até as famílias mais próximas da organização regular (o meirinho, o barbeiro, a comadre).

Parte dos conflitos entre Vidigal e o protagonista pressupõe a ideologia da vadiagem. O major tenta inicialmente prender Leonardo porque este não tem trabalho regular. Na primeira tentativa de prisão, Leonardo consegue escapar. Mais tarde, a comadre arranjará para o afilhado um emprego na ucharia real, não tanto pelo emprego em si mesmo, mas principalmente para evitar que Leonardo seja preso e conseqüentemente recrutado, pois era costume do tempo utilizar os presos como soldados (quando não como mão-de-obra em obras públicas). O herói se mantém pouco tempo no emprego, pois se mete em confusão e acaba sendo despedido. Depois disso, será preso por Vidigal e transformado em granadeiro.

Um elemento temático importante é portanto essa ideologia subjacente ao conflito central entre o herói e o major, sem a qual não se compreendem os conflitos. A vadiagem enquanto crime passível de prisão revela, por si só, a contradição básica referente ao estatuto do trabalho livre na sociedade escravista. Ao mesmo tempo em que é prescrito, o trabalho livre é bloqueado na prática, deixando os homens livres pobres num beco-sem-saída. Do ponto de vista da lei (naquele tempo ainda vigoravam as *Ordenações Filipinas*, em que a vadiagem é considerada uma infração punível com prisão e açoites públicos), exige-se que os homens livres sem propriedade se integrem a algum tipo de ofício regular, ou seja, exige-se justamente aquilo que é impossibilitado pela própria organização social, que não desenvolve o mercado de trabalho livre em função da escravidão. (Como se sabe, essa contradição básica persistirá, elevada a outro patamar, com a entrada da ideologia burguesa.)

Como se vê, embora a dimensão do trabalho não seja um dado da representação, ela está pressuposta no conflito central da ação do romance, cuja simples plausibilidade depende da ideologia da vadiagem e do estatuto do trabalho livre nas condições desfavoráveis da economia de base escravista.

Mas não é esse aspecto mais diretamente visível nos conflitos com a lei o que nos interessa destacar aqui. Mais surpreendente talvez seja a profusão de conflitos envolvendo os homens livres pobres entre si – e, de fato, nas **Memórias** encontramos com frequência conflitos dessa espécie. Como compreender o significado histórico dos conflitos entre os pobres?

3 As rixas e o trabalho

A sociedade figurada nas **Memórias** corresponde ao universo regido pelas relações de favor, ou seja, um tipo de relação de troca que não envolve o assalariamento, e por isso mesmo assume feição personalista (não há a mediação do mercado anônimo).

Podemos dizer que as relações rixosas figuradas no romance devem-se à busca de reconhecimento social. Esse reconhecimento era geralmente obtido por meio da relação de favor, em que o dependente por assim dizer contrabandeava para si mesmo um pouco do prestígio e do poder do protetor. Há uma identificação com o protetor, uma fusão imaginária, em que o dependente não tem existência autônoma. Note-se entre parêntesis que o mesmo muitas vezes se dava entre o emprega-

do e o patrão, pois a fusão imaginária contamina as relações de trabalho livre na sociedade predominantemente escravista (SCHWARZ, 1981).

Ocorre que também a relação de dependência não estava disponível para todos. Nas **Memórias**, temos vários desses desvalidos, os miseráveis que estão até certo ponto fora do circuito do favor (mas sofrendo os efeitos abrangentes deste). Nessas condições, o reconhecimento social só pode ser alcançado por meio da afirmação de uma superioridade imaginária, obtida através do triunfo em uma rixa. Na falta de reconhecimento por parte de um protetor poderoso, os pobres lutam entre si para alcançar o prestígio que não alcançam por meio da relação familista. A rixa se torna o meio pelo qual o desvalido procura afirmar-se, ainda que isso ocorra mais na imaginação do que na realidade; por isso, as rixas têm base instável, e rapidamente levam à proliferação e sucessão indefinida. Por isso, também, praticamente todas as relações cotidianas, incluindo as amorosas, são permeadas pelo espírito rixoso, definindo uma sociabilidade familista e belicosa.

O fundamento dessa sociabilidade envolve aquilo que Luiz Felipe de Alencastro denominou “desterritorialização do mercado de trabalho” (ALENCASTRO, 2000). Estudando o Atlântico Sul nos séculos XVI e XVII, Alencastro o vê como um sistema articulado, composto de zonas de produção na colônia e zonas de reprodução de mão-de-obra na África, em que a mediação da metrópole é apenas secundária (do ponto de vista econômico). Tal situação durou até 1850 e, tendo sido só em parte modificada pela entrada de imigrantes à medida em que o escravismo se enfraquecia, persistiu até os anos 1930. A conclusão que se pode tirar é que a classe dominante brasileira pouco se preocupou com a reprodução social da mão-de-obra interna ao país. Mesmo quando desponta no horizonte a necessidade de reconfigurar as relações, depois da extinção do tráfico negreiro e sobretudo depois da abolição, a camada de homens livres pobres não será diretamente aproveitada como mão-de-obra (só o será parcialmente). Os fluxos de imigração de trabalhadores dão notícia da persistência de um sistema em que a reprodução da mão-de-obra ocorre fora do território brasileiro. Como notou Roberto Schwarz, esse é um elemento que ajuda a entender a ‘inorganicidade’ de que falava Caio Prado Jr.; para nosso argumento, cabe sublinhar que a camada de homens livres pobres permanece como que abandonada à própria sorte, apesar dos surtos modernizadores.

Nessas condições, não espanta que as relações rixosas tenham persistido historicamente no cotidiano urbano. Na segunda metade do século XIX, já no tempo em que Manuel Antônio escrevia as **Memórias**, as ruas do Rio de Janeiro começavam a apresentar uma realidade até então pouco conhecida. Imigrantes portugueses pobres disputavam trabalho com os escravos de ganho (ALENCASTRO, 1988). A historiografia documenta uma série de conflitos cotidianos naquele período envolvendo os próprios negros (escravos ou libertos), bem como os imigrantes pobres e os escravos (KARASCH, 2001). Mesmo depois da abolição, no Rio da *Belle Époque*, conflitos semelhantes continuam a ocorrer, agora envolvendo empregados e desempregados (CHALHOUB, 1986). Essas breves indicações históricas fornecem elementos que ajudam a compreender os fundamentos efetivos das rixas, cuja dinâmica é captada nas **Memórias**, ainda que no romance o problema do trabalho não seja um assunto tratado diretamente.

4 A autonomização das rixas

Isso posto, podemos inverter o caminho e, depois de verificar de que modo os dados históricos iluminam o predomínio das rixas no plano literário, indicar uma hipótese acerca do que a elaboração literária ilumina no plano da própria realidade histórica. Digamos então que a rixa, tal como a caracterizamos, é uma forma específica de relacionamento, socialmente mediada, que tem abrangência na sociedade brasileira oitocentista, e que é complementar à relação de favor (se for plausível nosso argumento de que a rixa entre pobres prolifera justamente onde falta o mercado de trabalho livre e falta também a proteção clientelista, que não era para todos). Na sociedade escravista, rigidamente hierarquizada, a rixa já se manifesta na disputa por trabalho, e na disputa pela proteção.

Seu sentido histórico pode ser entendido levando-se em consideração esses fundamentos materiais, que envolvem o acesso aos bens necessários à sobrevivência.

No entanto, nas **Memórias** o que se vê não é tanto a disputa direta pelos meios de sobrevivência; não encontramos aqui a rivalidade motivada pelo imperativo de se fazer preferir pelo proprietário poderoso (como encontramos na ficção de Machado de Assis), e muito menos a competição por um lugar na esfera do trabalho. Na maior parte, veremos apenas disputas envolvendo uma espécie de reconhecimento social (mesmo nos casos em que a motivação mais direta é, ou parece ser, de fundo amoroso). As relações do cotidiano são como que contaminadas pelo teor personalista da disputa pela preferência de um protetor poderoso (o que impede a simples assimilação da rixa à competição ou concorrência nos termos dos países em que o mercado é o nexo fundamental).

O que as **Memórias** apresentam é algo como o funcionamento automático das rixas, em que a sociabilidade implica sempre a afirmação de uma superioridade com o intuito de marcar uma distinção (ainda que muitas vezes imaginária). A própria idéia (abstrata) de igualdade, pressuposta na concorrência, não tem vigência no universo das **Memórias** e do Brasil oitocentista. O espírito rixoso faz parte do movimento automático da distinção hierárquica, o que implica sempre o rebaixamento ou a humilhação dos outros.

A rixa como que se despreza de seu fundamento material e, assim, ganha (aparência de) autonomia – a autonomização das formas sociais implicando sempre o progressivo afastamento de seu lastro material e, com isso, envolvendo também uma alienação. Assim, o automovimento das rixas nas **Memórias** parece captar os efeitos quase remotos (mas cujos vínculos podem ser reconstruídos pela análise histórica) de uma organização social em que o problema do trabalho livre, na sua inani-dade mesma, é central.

Conclusão

Qual a atualidade da elaboração literária da lógica rixenta nas **Memórias**? É certo que a situação contemporânea não é idêntica à situação implicada no romance de Manuel Antônio. Ao mesmo tempo, porém, a atual tendência em que a integração nacional parece ter deixado de ser uma perspectiva atrelada ao desenvolvimento econômico, alargando assim o abismo entre a elite e os pobres, poderia encontrar um termo de comparação no quadro figurado pelas **Memórias**. A própria violência contemporânea poderia ser compreendida dentro de um arco histórico amplo, em que o problema do reconhecimento social não é irrelevante. Tal comparação deixaria entrever, ao menos, o caráter arcaico da hipermodernização econômica.

Referências Bibliográficas

- [1] ALENCASTRO, L. F. de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- [2] _____. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. *Novos estudos CEBRAP*, n. 21, São Paulo, julho 1988, pp. 30-56.
- [3] ALMEIDA, M. A. de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo, Ateliê, 1999.
- [4] CANDIDO, A. Dialética da malandragem. In: *O discurso e a cidade*. São Paulo, Duas Cidades, pp. 19-54.
- [5] CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- [6] KARASCH, M. C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

- [7] OTSUKA, E. T. Espírito rixoso: para uma reinterpretação das *Memórias de um sargento de milícias*. *Revista do IEB*, n. 44, São Paulo, 2007, pp. 105-124.
- [8] SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 2ª ed. São Paulo, Duas Cidades, 1981.

Autor

¹ **Edu Teruki OTSUKA, Prof. Dr.**

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (FFLCH-USP)

Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada (DTLLC)

E-mail eduotsuka@usp.br